

A fronteira platina no contexto da guerra civil rio-grandense: as particularidades de uma região sob domínio farroupilha (1835-1845)

The border region in the context of riograndense civil war: the particularities of a region under farroupilha's domain (1835-1845)

Ânderson Marcelo Schmitt¹

Resumo: O presente artigo analisa as relações que se desenvolveram na região da fronteira platina durante a Guerra Civil Rio-grandense, entre os anos de 1835 e 1845. Este local fazia-se importante não apenas para alianças políticas e militares entre grandes chefes, mas como lugar de possibilidades para pessoas comuns que enxergavam como espaço de opções em um contexto belicoso. Desta forma, a partir da apreciação de documentação contemporânea ao conflito e dos pressupostos da Nova História Militar, a fronteira platina é analisada levando-se em conta seu caráter idiossincrático, que se fazia extremamente importante e influente no cotidiano das pessoas que habitavam a região no momento da guerra.

Palavras-chave: Fronteira platina, militarização, região.

Abstract: This article analyzes the relations developed in the platinum border during Riograndense Civil War, between the years of 1835 and 1845. This place was important not only for political and military alliances between big heads, but as a place of possibilities for common people that saw it as a space of options in a pugnacious context. Like so, from contemporary documentation appraisal to the conflict and the New Military History assumptions, the platinum border is analyzed taking into consideration its idiosyncratic character, which was extremely important and influential in the daily lives of people who inhabited the region at the moment of war.

Keywords: Platinum border, militarization, region.

Palavras iniciais

Entre os anos de 1835 e 1845, o Império brasileiro assistiu ao confronto mais duradouro ao qual foi compelido a participar: a Guerra Civil Rio-grandense – mais conhecida como Guerra dos Farrapos ou, ainda, Revolução Farroupilha². Este confronto armado evidenciou, juntamente com outros confrontos do mesmo período, a fragilidade política à qual estava exposto o Império brasileiro, refletindo a conjuntura instável nos cenários político e econômico da nascente nação.

Segundo Sandra Pesavento, o rearranjo político ocasionado pela independência brasileira em 1822, desfavoreceu os grupos regionais que gozavam, nos limites da colônia, de autonomia regional para dominar localmente (2009, p.239-240). Nesta conjuntura, a descentralização ocorrida após a abdicação de D. Pedro no 7 de abril de 1831, não foi

¹ Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo, UPF (2014). E-mail: anderschm@gmail.com.

² Segundo Aurélio Porto, o termo “farroupilha” não é regional, mas sim “uma antiga designação de grupos de indivíduos que se rebelavam contra as disposições iníquas dos governos absolutos” (1929, p.291). Assim, a denominação foge à simplificação de seu entendimento relacionado ao tipo de vestimenta utilizada pelos rebeldes, ganhando uma semântica política.

suficiente para acalmar as aspirações autonomistas das camadas sul-rio-grandenses que dominavam os cenários político, econômico e social do período. O Ato Adicional de 12 de agosto de 1834 ocorreu no sentido de mediar a relação entre o poder central e as províncias. Entre eles foram divididas “as atribuições tributárias, legislativas e coercitivas de modo que, de um lado, os grupos regionais contassem com recursos para administrar suas regiões” e o governo central mantivesse o controle de articular administrativamente as diversas regiões do Império (DOLHNIKOFF, 2003, p.439). Para isso, instituíram as Assembleias Legislativas nas províncias – em lugar dos conselhos provinciais, que possuíam poderes apenas reivindicatórios – que seriam responsáveis pelos assuntos locais. Para além de uma simples e branda descentralização, ao ficar evidente que o poder político poderia ser gerido em um âmbito mais regional, a regência criou o ambiente propício para que as elites regionais disputassem entre si a dianteira no comando deste novo rearranjo político (BASILE, 2009, p.81). Processo que levou a disputas internas, que chegaram, algumas vezes, a apresentar caráter independentista e republicano. Alguns, inclusive, fugindo do controle das elites que lhes deram origem.

No manifesto de Bento Gonçalves (1788-1847) e de Domingos José de Almeida (1797-1871) – dois grandes líderes do movimento – de 29 de agosto de 1838, no qual se expunha as causas que levaram ao levante, os líderes criticaram a gerência imperial sobre as questões regionais: “Exibiam certamente as províncias a quota respectiva, onde incluíamos a nossa para as despesas de guerra; mas o arbítrio nos tirava com violência em gado vacum e cavalari e em exigência de todo mil vezes mais do que cumpria quotizar-nos proporcionalmente”. Ainda tratando dos estigmas que restaram das campanhas na Banda Oriental, Bento e Almeida manifestaram que “não nos pagou o governo Imperial o que se nos tirou a título de compra ou de empréstimo, e muito menos ressarcio as nossas perdas ocasionadas por um estado de coisas de que só ele era culpado” (AAHRGS, BG-420, 1985, p. 282). Sempre se utilizou do discurso de exploração para buscar dar legitimidade ao movimento.

O Rio Grande do Sul, cujo produto mais importante da época, o charque, visava abastecer os mercados do centro do Império, possuía determinada dependência dos valores pelos quais os comerciantes do centro pagariam para recebê-lo. Assim, viram suas aspirações malogradas pela política econômica imperial, que protegia e dava aval para entrada do produto vindo das antigas colônias espanholas do Rio da Prata, que já possuía proteção dentro de seus países por ser o principal gênero nacional, e não secundário, como no caso brasileiro.

Deste modo, ao considerarem que as “províncias do norte” eram as culpadas pela alta carga tributária que recaía sobre o Rio Grande do Sul, se reivindicava um sistema tributário que favorecesse o comércio dos produtos locais diante dos seus concorrentes platinos, “através da redução do imposto de exportação de couros de 15% para 5%, da redução do imposto de importação do sal de \$240 réis para \$050 réis por alqueire e da instituição de um imposto de importação de charque que protegesse o produto nacional” (MIRANDA, 1998, p.69). A reforma do sistema tributário realizada pela regência não modificou esta relação econômica, mostrando-se incapaz de “alinhar os interesses dos setores exportadores aos interesses dos setores produtores para o mercado interno brasileiro” (Idem, p. 69-70). Porém, a questão do charque não foi central para a deflagração da revolta. Os 15% que pesavam sobre o gado entrado no Rio Grande do Sul vindo da Banda Oriental foram abolidos em junho de 1835, o que garantiu que os “charqueadores que dependiam comercialmente do Rio de Janeiro, o maior centro consumidor de charque e couro” conservassem-se leais. Por sua vez, parte dos estancieiros da campanha, também prejudicados pelo imposto, já tinha “aderido aos farroupilhas”. Para instigar os descontentamentos dos estancieiros, neste mesmo ano se “estabeleceu um imposto de 10 [mil] réis sobre cada légua quadrada de pastagem.³ (...) Além disto, o novo orçamento estabeleceu pequenos impostos sobre esporas, estribos e outros objetos necessários aos gaúchos” (LEITMAN, 1979, p.138-139).

Entretanto, como indicaremos nas próximas páginas, estes imperativos serviram somente como justificativa ou, no máximo, como razões secundárias para a deflagração do conflito.

No cerne desta questão, está a fronteira com a antiga Banda Oriental, independentizada a partir de 1828, com mediação inglesa. Esta região possuía uma interessante característica *sui generis*, pois

Não bastasse a paisagem semelhante do norte uruguaio e da campanha gaúcha, o tipo social, os valores culturais eram também compartilhados, de um lado e outro da fronteira. Assim o norte uruguaio e a campanha gaúcha constituíam um espaço fronteiro integrado, economicamente complementar, e ainda: os limites entre os dois

³ O imposto de 10\$000 réis sobre a légua quadrada de campo foi aprovado juntamente com a primeira lei de orçamento provincial, em 27 de junho de 1835, por sugestão do presidente provincial Antônio Fernandes Braga. Foi instituído com caráter provisório, para auxiliar a sanar as despesas extraordinárias empreendidas com a formação de uma força de polícia especial de setecentas praças. Este imposto foi revogado em novembro de 1837, por sugestão do presidente provincial Feliciano Nunes Pires, visto que a questão fiscal era constantemente citada pelos líderes farroupilhas (MIRANDA, 1998, p.63). Por mais que não concordemos com Miranda quando esta interpreta que “a proposição de um imposto direto sobre a propriedade teve o poder de aglutinar a oligarquia pecuarista na defesa de seus interesses econômicos e políticos há muito frustrados pelo governo central”, não podemos negar que ele foi usado pelos farroupilhas numa tentativa de legitimar o movimento rebelde.

países durante os três primeiros quartos do século XIX não haviam sido definidos (PRADO; SOUZA, 2004, p. 121-122).

Este é o local que teremos em foco na nossa análise, buscando identificar as características desta região durante o período da guerra civil, principalmente os locais dominados pelos farroupilhas. Para isso, entendemos que seja necessário relacionar, conforme os pressupostos da Nova História Militar, “a preparação para a guerra às características da economia, da política e da cultura onde esses oficiais e soldados estavam imersos”. Contudo, não se busca “reduzir a compreensão da instituição militar a fenômenos sociais de outra ordem, que a determinariam, e sim prestar grande atenção à interação entre Forças Armadas e sociedade” (CASTRO; IZECKSOHN; KRAAY, 2004, p.12).

Para a elaboração deste trabalho, dispomos, entre outras fontes, da documentação que se encontra no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul: a chamada Coleção Varela. Composta por uma gama de milhares de documentos, foi reunida inicialmente pelo já citado Domingos José de Almeida, durante e nos anos que se seguiram ao conflito. Fazem parte desta coleção documentos escritos pelas mais diversas autoridades e também correspondências epistolares (ARCE, 2011). Para facilitar a consulta e resguardar os originais, o AHRGS vem disponibilizando a transcrição deste material, de forma impressa e digital, o que facilita a consulta por parte dos pesquisadores. O caráter fragmentário e múltiplo da documentação não se torna empecilho, tendo em vista que a análise depende “em grande parte de um tecido complexo de inferências, muitas vezes derivadas de evidências fragmentárias. A estrutura da explicação histórica oferecida depende parcialmente da lógica, e apenas parcialmente dos fatos”. Por mais que algumas identificações possam estar equivocadas, muito pouco provável que “esteja errada a identificação geral da composição social e do conflito (THOMPSON, 1987, p.143). Da mesma forma, os periódicos farroupilhas também foram consultados, bem como a documentação de Bento Gonçalves da Silva, o principal chefe do movimento, que também encontra-se transcrita para consulta.

A fronteira como espaço de possibilidades

Durante a contenda de 1835-1845, os farroupilhas possuíram pouco acesso à região do litoral da província. Com poucas exceções – como em outubro de 1836, quando dominaram parcialmente e por um curto período a cidade de Pelotas⁴ – os rebeldes não tiveram acesso às

⁴ Relatório do Ministério da Justiça relata que quando “os rebeldes evacuaram Pelotas”, em outubro de 1836, após terem “notícia da aproximação das nossas tropas”, “levantaram um Corpo de 400 a 500 escravos roubados, para os auxiliarem na guerra civil.” Relatório do Ministro da Justiça, 1836. Brasil, Ministério da Justiça, p. 9, In:

proximidades da região costeira. Da mesma forma que na província, a tentativa de criação em Santa Catarina de uma república nos mesmos moldes da que se estava projetando no Rio Grande do Sul, escondia a pretensão de abertura de um porto com o qual os farroupilhas poderiam pensar em gerir um comércio. Entretanto, a efemeridade do domínio sob Laguna interrompeu qualquer tentativa nesse sentido.⁵ Também Porto Alegre, capital da província e centro comercial, apenas no início da guerra esteve em mãos farroupilhas, sendo retomada ainda em junho de 1836, jamais voltando a estar sob seu controle, apesar de sofrer fortes sítios (FRANCO, 2000), que levaram carestia e enormes dificuldades aos civis porto-alegrenses.

Portanto, as atividades dos rebeldes estiveram voltadas, via de regra, para o interior da província, região de onde vinha a maioria dos líderes do movimento e na qual poderiam ser buscados tanto o auxílio em homens para as tropas, como o material essencial para as batalhas: cavalos, armamento e munição. A região que ligava o Rio Grande do Sul ao Uruguai se tornava, destarte, imprescindível para as atividades castrenses por parte dos revoltosos.

Em um recorte mais abrangente, as invasões luso-brasileiras de 1811 a 1828 foram vitais para a ocupação da região setentrional do Uruguai, uma vez que as lideranças de língua portuguesa “aprovavam e encorajavam uma ocupação imediata para substanciar maiores reivindicações territoriais” (LEITMAN, 1979, p.21). Nas diversas vezes em que a coroa portuguesa e, posteriormente, o Império brasileiro, invadiu seus vizinhos de língua espanhola do sul, os sul-rio-grandenses estiveram na frente de batalha das operações naquelas paragens. Assim, após a independência uruguaia, este país continuou “povoado por brasileiros que ali possuem propriedades de grande valor”. Além disso, os rio-grandenses conservaram “naquele Estado as mais estritas relações, incluídas as de aliança de família; foram ou são casados com senhoras do Estado Oriental ou descendentes de famílias daquele Estado não poucos oficiais do nosso Exército” (AAHRS, CV-3190, p.468). Não se pode, portanto, entender este local apenas a partir de uma dicotomia Brasil *versus* Uruguai/Argentina ou, anteriormente, Portugal *versus* Espanha. As pessoas que compunham a região eram envolvidas em relações muito mais complexas do que generalizações podem deixar transparecer.

A fronteira meridional foi, durante a guerra civil, um espaço que não deixou de preocupar os líderes militares rebelados. O comércio, com o porto de Rio Grande fechado para os seus produtos; o reabastecimento de equinos para as tropas; a entrada de armas para os soldados: tudo gravitava em torno da fronteira sul-rio-grandense, levando os farrapos a

<http://www.crl.edu/brazil/ministerial/justica>. Carvalho e Oliveira entendem que provavelmente destes cativos levados de Pelotas é que surgiu o 1º Corpo de Lanceiros (2008, p. 67).

⁵ Para os analisar a invasão, manutenção e expulsão dos farroupilhas em Santa Catarina, ver os trabalhos de Gustavo Costa (2006) e Henrique Boiteux (1985).

valorizar os contatos que poderiam ser mantidos no Uruguai e nas províncias litorâneas argentinas. Com o Uruguai, o que há é uma fronteira seca, que além de facilitar as atividades citadas, também tornou corriqueira a possibilidade de fugas e deserções para aquele país.

Em março de 1837, a preocupação do comandante interino do exército farroupilha era com a “apatia e indiferentismo com que se tem portado grande número de patriotas, que posto seus votos que seja, a prol da felicidade deste Estado todavia não empregam a energia que as circunstâncias exigem, para firmar um sistema instável e duradouro.” O mesmo comandante farroupilha determinava, então, para dar fim a esta prática dos apoiadores menos leais dos rebeldes, que:

Todos os Oficiais de 1ª e 2ª Linha ou Guardas Nacionais asilados no Estado Oriental deverão no peremptório prazo de 15 dias contados desta data apresentarem-se neste Estado a qualquer força republicana: os que assim não praticarem perderão o direito a suas patentes salvo se provarem que estavam em serviço do Estado, licenciados legalmente, enfermos, coatos, ou em lugar que pela distância lhe não seja possível efetuá-la em semelhante prazo apesar de diligências fazê-lo (AAHRGS, vol. 13, CV-6325, p.123).

Esta situação demonstra que desde os primeiros tempos do conflito se buscou o Estado Oriental como um local seguro para fugir aos recrutamentos. Indo além na interpretação da passagem, chama-nos atenção que não são soldados que estão buscando não prestar serviços castrenses, mas oficiais. Estes, que também poderiam ser estancieiros ou comerciantes, podiam também possuir estâncias ou negócios no Uruguai, o que facilitaria uma retirada, uma vez que teriam interesses naquele Estado.

Por sua vez, em 1839, quando Domingos Crescêncio de Carvalho ordenava a Inácio José de Oliveira Guimarães, chefe de polícia do Departamento de Boqueirão, que ajudasse um Capitão a reunir as praças da 1ª e 2ª Companhia que faltavam em seu acampamento de tropas de Guarda Nacional, recomendava também que “no caso porém que algumas daquelas praças faltem, V. Sa. se sirva mandar examinar se mudaram de domicílio e para onde, ou se se evadiram para o Estado Oriental, como muitos têm feito” (AAHRGS, vol. 6, CV-3645, p.364). As praças em questão faziam parte da Guarda Nacional, força civil estabelecida em 1831, na esteira das transformações liberais que sacudiram a política imperial, e deveria ser formada – ao menos em termos legais – por cidadãos eleitores, ou seja, que comprovassem determinada renda⁶. As fugas para o Estado Oriental podem receber duas explicações: a

⁶ Sobre a Guarda Nacional no contexto brasileiro existem, entre muitos outros, os trabalhos de Jeanne Castro (1979); Maria Auxiliadora Faria (1977) sobre Minas Gerais; Iran Ribeiro (2005), Fertig (2010) e Mugge (2012)

primeira de que estas praças possuíam realmente uma tendência a apoiar as tropas legalistas e, desse modo, buscavam fugir dos recrutamentos compulsórios realizados pelos farroupilhas; a segunda explicação se baseia na ideia de que esses praças não desejavam parar com suas atividades profissionais para realizar serviços militares. Nesse sentido, trabalhos sobre a Guarda Nacional no Rio Grande do Sul e fora dele, já apontam para as dificuldades apresentadas a esses cidadãos, que viam como um empecilho conciliar, “ao mesmo tempo, as tarefas da instituição e suas ocupações profissionais, indicando a prioridade que alguns guardas nacionais atribuíam a seus interesses particulares em relação às obrigações da Guarda Nacional” (RIBEIRO, 2005, p.143). Isso ocorre porque não era destinado um soldo fixo pelo serviço na Guarda Nacional, com a exceção do serviço em destacamento. Entretanto, o estado constante de guerra e uma economia estagnada faziam com que fosse praticamente impossível destinar um soldo aos guardas nacionais mesmo que em destacamento. Guardas que formavam a maior parte do exército farroupilha.⁷ Desta forma, a região fronteira, ao mesmo tempo que era importante para dar o caráter do cabedal militar dos chefes desta região, também era espaço no qual poderiam surgir estratégias de enfrentamento a recrutamentos levados a cabo pelos chefes milicianos. Sobre o cabedal militar, Luís Augusto Farinatti afirma que mesmo após perderem as prerrogativas de distribuição de terras, que possuíam desde a época colonial, os senhores militares da fronteira seguiam

sendo os principais responsáveis por conseguir homens, cavalos, suprimentos e alianças políticas, que eram os fatores indispensáveis para a guerra no sul. Eles tinham, a seu favor, as relações que haviam estabelecido com outros chefes militares da própria província e além fronteiras; a experiência no tipo de guerra praticado naquelas plagas; o conhecimento do território e dos negócios na Fronteira (2007, p.186).

Estes fatores, “somados ao prestígio como guerreiros eficientes, formaram um cabedal militar que lhes colocava em posição de serem úteis para o governo central. Esse mesmo cabedal militar dotava-lhes de um certo grau de autonomia” (FARINATTI, 2007, p.186). Entre as atribuições deste chefes, estava a de possuir relações também com pessoas que se encontravam abaixo na escala social, e que eram cidadãos aptos a serem recrutados em momentos de necessidade. Assim, o poderio militar destes líderes ficava ameaçado, uma vez

para o Rio Grande do Sul; Antônio Rodrigues, Francisco Falcon e Margarida Neves (1981) para o Rio de Janeiro.

⁷ Entre as quatro Brigadas que formaram inicialmente o Exército farroupilha, duas eram formadas exclusivamente por tropas de Guarda Nacional, uma por tropas de 1ª linha e uma com tropas de Guarda Nacional e demais contingentes que não haviam sido enquadradas em alguma das outras Brigadas (VARELA, 1933, vol. 3, p.323).

que muitos cidadãos não viam vantagens em deixar seus afazeres pessoais para colocar a vida em risco, e possuíam, para amenizar seus males, o auxílio de uma fronteira aberta pela qual podiam realizar suas retiradas ou fugas.

Estas fugas levantavam os reclames farroupilhas de que seria raro o dia em que não se ouvia “falar da multidão considerável de súditos da república que passam e têm passado para a Banda Oriental atravessando a fronteira de Alegrete” (AAHRGS, vol. 6, CV-3243, p.72). A preocupação era reforçada pelo fato de se espalharem boatos falsos na fronteira, difamando os farroupilhas, para que mais deserções e fugas ocorressem. Entre elas, afirmava o farroupilha Correia da Câmara, comentava-se que “o governo ia lançar mão da metade dos bens dos Caramurus [legalistas] que se nos têm apresentado e dos que vivem entre nós desde o 20 de setembro!”. Além disso, “acabam de fazer correr a voz de que Canabarro assassinou Bento Manuel, ou permitiu que tal assassinio se cometesse”. A ênfase dada no boato de assassinato de Bento Manuel Ribeiro (1783-1855), com participação de Canabarro no ato, pode ser explicada pela influência do líder sorocabano na região, na qual desfrutava de grande popularidade, e a sua morte nessas condições criaria ambiente de rejeição aos farroupilhas. O documento termina dizendo que seria aconselhável “desmentir estes miseráveis pela imprensa, e fazer correr as nossas folhas pela fronteira” (AAHRGS, vol. 6, CV-3243, p.72). A imprensa farroupilha, organizada em 1838⁸, serviria, portanto, como um recurso para que as falsas notícias levantadas pelos legalistas não obtivessem o resultado planejado, que seria o aumento das fugas de pessoas presentes nas áreas de controle farroupilha e a entrada destas no Estado Oriental.

Desgostos com as atitudes dos generais e dos administradores farroupilhas também criavam situações de embaraço na região fronteira. Em 1841, um cidadão de nome João Antônio da Costa, dirigiu-se ao Ministro da Fazenda farroupilha, Domingos José de Almeida, criticando a postura do general Antônio de Souza Neto:

Passados alguns dias depois de ter o inimigo nos passado para a frente, fui falar com o Exmo. General Neto para fazer voltar os meus cavalos, que se achavam em estado de não poder servir por estarem uns mancos, e outros rengos de feridas brabas e mal-de-vasos, pois quantos tinha quantos levei para o serviço da Pátria; o resultado que tive foi ser maltratado e sentido desta ingratidão retirei-me para minha casa, trazendo em minha companhia o meu camarada; (...) dirijo-me a V. Exa. esperando que V. Exa., querendo, pode arranjar a minha demissão para eu então prestar meus serviços naquilo que julgar empregar-me; dispensando-me V. Exa. dizer-lhe que, a não poder V. Exa. fazer-me este bem, **tereí de ir viver no Estado Oriental** [grifos meus], por ter dado este passo e não poder viver em minha Pátria (AAHRGS, vol. 7, CV-4120, p.260).

⁸ Sobre a imprensa farroupilha, ver o trabalho de Francisco Macedo (1994).

A importância da cavallhada nas manobras militares fazia com que Neto negasse a devolução dela ao dono⁹, mesmo ainda quando o inimigo havia se afastado. Era comum a promessa de pagamento por estes animais assim que os cofres farroupilhas permitissem, mas neste caso, seu dono parece ter levado por conta própria “quantos tinha”, o que aumentava o sentimento de injustiça no cidadão João Antônio da Costa. A franqueza com que o sujeito se dirigia ao Ministro, em quase tom de ameaça, deixava claro que a condição fronteiriça poderia servir como espécie de ponto de barganha dos cidadãos-soldados em suas reivindicações frente às autoridades rebeldes.

As retiradas para o Estado vizinho continuaram frequentes durante toda a guerra. Em 1841, Francisco Modesto Franco pedia a saída da 1ª linha e entrada nos guardas nacionais do filho de um fazendeiro, chamado Valentin. Segundo Franco, o pai do soldado já tinha muitos peões precedentes de sua fazenda “do outro lado do Quaraí” – ou seja, do Uruguai – em serviço pelos farroupilhas. A saída do filho do estancieiro estava sendo obstada por oficiais do aparato militar rebelde. Franco argumenta que

Não pense V. Exa. que este negócio é de tão pouca transcendência; a crise melindrosa em que nos achamos já tem reparado algum mal, porque o pai e toda família são decididos republicanos e só esperam pronto remédio do Exmo. general-em-chefe fazendo dele remessa de passagem para o tenente-coronel Guedes mesmo agora nesta ocasião. V. Exa. desengane-se que este moço não serve no 2º. corpo; se o General não fizer a passagem, **ele retira-se para Montevidéu** [grifos meus], o pai tem bastante meios e está pronto a coadjuvar a seu filho; ele é estudante; vai acabar de aplicar-se; enfim não perde tempo e com isso só vejo males e nenhum bem (AAHRGS, vol. 9, CV-4978, p.81-82).

Ao menos até a Guerra do Paraguai, o exército profissional – ou de 1ª linha – era destinado aos desajustados da sociedade. Pobres, vadios, criminosos, etc, tinham esta arma por destino (MENDES, 2010). Desta forma, era algo pouco honroso para o filho de um fazendeiro servir na 1ª linha. Somado a isso, usava-se como justificativa o fato de um irmão do dito Valentin, homônimo a este, já ter perecido em armas pelos rebeldes, na fatídica batalha do Fanfa. Havia sido ele “voluntário, mandado desta fronteira para ajudar ao Sr. Bento Gonçalves, e ele [seu pai] viu expirar na idade de 18 a 19 anos” (AAHRGS, vol. 9, CV-4978, p.81-82). Novamente a proximidade com o Estado Oriental era usado como ponto de barganha e eixo para o surgimento de estratégias por parte dos cidadãos, que agora não viam

⁹ Cada praça necessitava, em média, de três cavalos para remonta durante suas marchas. O mal estado dos animais se dava pela forma de criação. Os cavalos se desgastavam “facilmente com a alimentação a campo” (GOLIN, 2011, p.4-5).

com bons olhos servir lado a lado com sujeitos considerados desajustados dentro da sociedade, em uma arma que era considerada específica para estes. Utilizamos “estratégia” aqui como entendida por Levi ao analisar as normas sociais da população perante as intempéries da sociedade do Piemonte do século XVII, onde a “estratégia” liga-se à racionalidade, que é melhor descrita “se admitirmos que ela se expressava não só através de uma resistência à nova sociedade que se expandia, mas fosse também empregada na obra de transformação e utilização do mundo social e natural” (2000, p.45). Para conseguir seu objetivo, o representante da família deixava subentendido que, caso a decisão fosse mantida, os farroupilhas arriscariam perder não apenas um soldado, mas o apoio da família inteira, uma vez que toda ela, segundo a passagem transcrita, era farroupilha, e poderia também recorrer a esta mesma estratégia – a passagem da fronteira e o abandono da causa rebelde – caso os seus membros não fossem respeitados.

Tendo em mente as opções colocadas em aberto pela fronteira, entendemos que esta região não se trata apenas de um espaço determinadamente geográfico. Reckziegel, considerando as ideias de Armand Frémont, indica que este “concebe região como um ‘espaço vivido que compreende elementos administrativos, históricos, ecológicos, econômicos, mas também, e mais profundamente, psicológicos’”. Assim, “reconhece-se a existência de um espaço social, de um espaço vivido em nível regional, portador de cargas mais obscuras em que se misturam as escórias do afetivo, do mágico, do imaginário” (1999, p.18). A fronteira, portanto, está para muito além da simples limitação territorial, e deve ser entendida a partir das relações que se estabeleciam há décadas neste local e formavam as suas características peculiares.

A importância que os chefes fronteiriços dispensavam a este espaço fica clara quando pensamos os determinantes que levaram à eclosão do conflito, em 1835. Como dissemos anteriormente, muito se aponta a questão do charque e dos impostos sobre os produtos ou sobre a légua quadrada de terra¹⁰ como os imperativos que ocasionaram o confronto. Porém, entendemos que as razões principais se deram em outros termos. No cenário imperial brasileiro, a revolta só poderia ter ocorrido no momento em que uma facção política da província se viu alijada das ligações políticas e sociais que levavam até a participação local no plano político nacional. Ou seja, em todos os níveis, “a chave para se entender o comportamento dos poderosos locais residia no firme propósito de quase todo proprietário em formar a sua clientela”. Esta, tinha início a “partir da própria família, membros da casa,

¹⁰ A questão dos impostos – sobre o charque, sal e légua de terra – é melhor debatida nas obras de Spencer Leitman (1979) e Márcia Eckert Miranda (1998, p.69-70).

meeiros, negociantes das pequenas cidades que dependiam de seu comércio varejista, e seguidores de todo o tipo”, e era a partir dela que “um fazendeiro ou estancieiro reunia aqueles que dependiam dele e ofereciam, em troca, lealdade” (GRAHAM, 2001, p.11). Estas ligações ocorriam desde os tempos coloniais no Rio Grande do Sul, em especial em regiões de fronteira, onde a prática do contrabando era disseminada e ocorriam favorecimentos ou perseguições entre as facções existentes (GIL, 2007).

Isso explica o fato, um tanto quanto elucidativo e esclarecedor, da guinada de posição de Bento Gonçalves, o principal chefe farroupilha, em 1834. Bento foi acusado junto ao governo imperial de estar tramando, em conluio com o caudilho uruguaio Juan Antonio Lavalleja (1784-1853), a separação da província do Rio Grande do Sul e a formação de um quadrilátero composto por esta província, pelo Uruguai, e pelas províncias argentinas de Entre-Rios e Corrientes (DOCCA, 1935, p.16). Ao ser chamado ao Rio de Janeiro para dar explicação sobre as denúncias, Bento Gonçalves voltou de lá sem o cargo que possuía até então, de Comandante da Fronteira de Jaguarão. Com este cargo, Bento Gonçalves estava inserido na conjuntura limítrofe, e como os demais chefes militares, era responsável por angariar ao governo central os meios para a manutenção de tropas e a proteção do território, tornando este chefe importante tanto para os líderes do centro, quanto para as pessoas simples das localidades da fronteira. Farinatti, ao analisar as tramas da elite na fronteira sul-riograndense, interpreta que “o estopim para a deflagração da revolta, em 1835, contra o presidente da província, foram as destituições sofridas por Bento Gonçalves do Comando da Fronteira de Jaguarão (no extremo sul), e por Bento Manuel Ribeiro do Comando da Fronteira de Alegrete (no oeste)” (2007, p.186-187). O afastamento dos dois chefes do aparato militar, que lhes garantia influência na sociedade, foi determinante para que se colocasse em prática a deposição do presidente provincial, Antônio Rodrigues Fernandes Braga (1805-1875), em 1835.

Para além das fugas, do outro lado da fronteira também poderiam surgir empecilhos para os rebeldes. Em 1842, Antônio Vicente da Fontoura (1807-1860) se posicionava contra o fato de que o envio de tropas farroupilhas para lutar ao lado de Fructuoso Rivera (1784-1854), no Estado Oriental, fosse incluído nos tratados acordados entre as partes. A necessidade da continuação da guerra e os nunca cumpridos compromissos de Rivera¹¹, faziam com que esta

¹¹ Atuando sempre com duplicidade, Fructuoso Rivera pactuou diversos tratados com a República Rio-grandense. Além “dos acertos de Piratini e Canguê”, assinou o Tratado de Paissandu, em setembro de 1838; a Convenção Secreta, de 5 de junho de 1841; a Convenção de Auxílios, de 28 de dezembro de 1841; a Convenção de Corrientes, de 29 de janeiro de 1842; a segunda Convenção de Paissandu, de 15 de outubro de 1842, e a desesperada Convenção das Pontas do Quaraf, em 6 de março de 1844” (GOLIN, 2002, p.354-358).

fosse uma cláusula pesada nos acordos. A falta de cooperação de Rivera era declarada por Antônio Vicente da Fontoura: “Não sabeis que nossos desertores em vão foram reclamados e que mui de propósito nos vinham seduzir ao campo soldados?” (FONTOURA, 1984, p.289). A falta de cooperação na região também impedia, portanto, que os acordos entre farroupilhas e colorados uruguaios tivessem uma aplicação prática.

Também a preocupação com a participação estrangeira do lado legalista fazia com que os farroupilhas decretassem atitudes pesadas em punição para este ato. Em 1839, o Ministério farroupilha decretava que:

Do momento em que a sorte das armas fizer cair em nossas mãos um soldado estrangeiro mercenário ou aliado do Império a pena das represálias lhe será aplicável, bem como a seus Oficiais e respectivos Chefes. (...) ficam autorizados todos os generais, Oficiais Superiores e Subalternos a fazerem passar imediatamente pelas armas a quantos desses miseráveis lhes caírem nas mãos e que invadirem para o futuro o território Sagrado da Pátria, procedentes do Estado Oriental ou de qualquer outro vizinho (AAHRGS, vol. 13, CV-6367, p.133).

Essas instruções se assimilam à ação de João Manuel de Lima e Silva, ainda no ano de 1836, quando mandou fuzilar um oficial estrangeiro que foi feito prisioneiro pelos liberais (ASSIS BRASIL, 1981). Entretanto, poucos são os indícios de execuções sumárias sendo levadas a cabo desta forma. A ameaça, porém, deveria permanecer no papel, como um meio de gerar temor nos soldados estrangeiros que viessem a pegar em armas contra os farroupilhas.

Mais profícuo aos interesses farroupilhas do que realizar execuções sumárias dos inimigos, era passar a impressão de que o governo paralelo¹² possuía caráter fraternal, em alternância de uma postura que cedia concessões para outra que ameaçasse punir de forma enérgica os opositores. Nesse sentido, regulava-se que se perdoassem todos os vindos do inimigo que se apresentassem e quisessem se retirar do exército para suas casas, assim como se davam isenções do serviço das armas para muitos indivíduos (AAHRGS, vol. 9, CV-5249, p.326). Porém, decreto de 10 de agosto de 1842 retificava essa postura, ordenando que todos os soldados legalistas que se apresentassem seriam constrangidos a pegar em armas pelos

¹² Na tentativa farroupilha, jamais terminada, de organizar o aparato administrativo do Estado que estavam buscando criar, mantinham-se ligações em âmbito local nas áreas que estavam dominadas pelos farroupilhas, criando-se, a partir disso, uma espécie de “governo local”. Entendemos este como “o governo de territórios limitados de um Estado, desde que seja exercido sob a jurisdição geral do governo de todo o território por autoridades representativas de cada localidade, às quais é atribuído um grau de arbítrio na execução de seus poderes e deveres” (SILVA, 1987, p.524). Em razão da provisoriidade do governo farroupilha, optamos por classificá-lo de “governo paralelo”, que deve ser entendido considerando-se as tentativas dos farroupilhas de assumir funções de Estado nas regiões temporariamente dominadas.

farroupilhas. Após desentendimentos quanto ao padrão tirânico do decreto, deixava-se por base que

só emigrados do Estado Oriental, sendo rio-grandenses, devem ser constrangidos ao serviço que for compatível com as suas circunstâncias, sem que até aproveite ou tirem naquele país seus interesses, pois jamais se pode considerar dos nacionais com o privilégio que o direito de asilo confere aos estrangeiros (AAHRGS, vol. 4, CV-2612, p.372).

Acreditamos que o fato de apenas rio-grandenses que estavam no Estado Oriental serem constrangidos ao serviço se explica devido a possibilidade de existir estancieiros rio-grandenses que possuíam propriedades com peões naquele Estado. Como no documento citado anteriormente – o caso relatado por Francisco Modesto Franco, que dizia que muitos peões pertencentes a uma estância “do outro lado do Quaraí” estavam em serviço pelos rebeldes –, peões também eram trazidos dos Estados vizinhos para lutar pelos farroupilhas e, se este fazendeiro fosse mantido do lado rebelde, aumentariam as chances de também seus peões passarem a defender as hostes republicanas, ou de, ao menos, não lutarem pelos defensores do Império.¹³

Nos auxiliam, neste sentido, as ideias de Mariana Thompson Flores. Ao explicar o que chama de “fronteira manejada”, interpreta-a como um local em que ocorrem diversas formas de interações sociais, nos seus mais diferentes níveis. Porém, os atores sociais também sentem a ação do Estado, sem o qual, a fronteira perde a própria razão de ser (FLORES, 2012, p.46-80). No nosso caso, temos o agravante de terem existido duas forças que se diziam governo legítimo – os legalistas fieis ao Império e os farroupilhas organizados ao redor do governo paralelo, rebelde. Assim, esta população da fronteira não possuía certeza sobre qual autoridade seguir e sobre as penalidades que estariam vulneráveis caso desrespeitassem determinadas ordens. O caráter da guerra sulina fazia com que regiões passassem do controle de uma força para outra em um período curto de tempo, o que agravava ainda mais esta situação.

Dessa forma, a fronteira se configurou em interessante espaço para compreendermos algumas formas de relações que poderiam ocorrer no período, bem como a posição do

¹³ As camadas sociais menos abastadas também se utilizavam da região fronteiriça, realizando a “internacionalização do mercado de trabalho”, ocupando postos de trabalho temporário ou permanentes de ambos os lados da fronteira (FLORES, 2012, p.79). Farinatti ainda percebeu esta mobilidade de habitantes de ambos os países trabalhando como capatazes no outro lado da fronteira (2007).

pretensão Estado farroupilha perante as atitudes dos indivíduos que buscavam esse local para fugir das adversidades de uma guerra fratricida.

Conclusão

Durante o período da Guerra dos Farrapos, as relações que existiam antes do conflito foram importantes para os contatos que ocorreram posteriormente. Os farroupilhas, tendo a campanha como a região que poderiam contar para realizar livremente as suas movimentações, objetivaram ter auxílio vindo, em especial, do Uruguai. Se o apoio ativo não fosse realizável, a garantia de neutralidade já era um fator importante. O apoio platino aos legalistas, independente de quais das facções em conflito¹⁴, impossibilitaria o prosseguimento da contenda por parte dos rebeldes sul-rio-grandenses. Do mesmo modo, do outro lado da fronteira as relações também passaram por interferência do conturbado contexto político. Admitir apoio aos farroupilhas constituía em adotar uma postura contrária ao Império. Caso os farroupilhas não conseguissem levar a cabo seus intentos, os seus aliados poderiam ser submetidos a um sério problema. Por outro lado, assumir apoio ao exército legalista implicaria em garantia de problemas na região fronteiriça, dominada quase em sua totalidade pelos rebeldes farroupilhas.¹⁵

Em um nível mais empírico das relações de recrutamento, as situações fronteiriças davam o caráter autóctone da militarização no sul, agravadas pela guerra civil existente dos dois lados da fronteira. Tratava-se, podemos dizer, da versão sulina da “guerra brasílica” (IZECKSOHN, 2014, p.488-489), que possuía diferentes características em regiões específicas. Isto foi possível em razão do formato administrativo da organização rebelde. Fábio Mendes, mesclando análises weberianas e neoinstitucionais, entende ser possível construir uma tipologia de modos de governo, no qual liturgias, mercados e hierarquias constituam o repertório historicamente disponível de formatos administrativos. As liturgias são definidas como formas “de provisão de serviços administrativos por quaisquer tipos de poderes intermediários com seus próprios recursos”, que levava também, a uma constante tradução local das diretivas governamentais. De outro modo, os mercados conformam modos

¹⁴ Em 1838, Manuel Oribe (1792-1857) foi obrigado a renunciar à presidência do Estado Oriental, exilando-se em Buenos Aires, e deixando o governo nas mãos de Fructuoso Rivera. Em Buenos Aires, recebeu apoio do ditador Juan Manuel de Rosas, criando-se uma aliança entre *blancos* e *federales* x *colorados* e *unitários*. Em 1839 iniciaram-se as ofensivas de Oribe nas províncias do litoral, e a guerra passou para o território uruguaio em 1842. Tendo intervenções diplomáticas e militares da Grã-Bretanha, França e Brasil, o conflito teve fim em 1851, quando as tropas entreerrianas comandadas por Justo José de Urquiza invadiram o território uruguaio e bateram as tropas de Oribe (BARRÁN, 2011, p.20-47).

¹⁵ As relações diplomáticas entre os chefes do período e as lideranças do Prata foram analisadas por César Guazzelli (2013).

de provisão “de necessidades administrativas que recorre a meios de administração sujeitos a transações de livre compra e venda.” Assim, para suprir determinadas necessidades do serviço público, o Estado contrata “empreendedores independentes”. Por sua vez, as hierarquias são voltadas aos mecanismos burocráticos modernos de “implementação de decisões dependentes de funcionários tecnicamente especializados, não proprietários dos meios de administração e remunerados com salários” (2010, p.16-17).

A administração farroupilha, regulando as ações sempre por decretos e avisos, facilitava, ou mesmo compelia uma reinterpretação dos “notáveis locais”, dando ainda maior ênfase ao caráter litúrgico da sociedade rio-grandense do século XIX. Assim, o formato administrativo litúrgico se caracteriza “pelo diletantismo, pela mobilização de recursos e prestígio próprios, pela cristalização de tradições locais de fixação de gravames, pelo domínio dos processos orais sobre as regras escritas, e pela busca constante de resultados consensuais negociados” (MENDES, 2010, p.17). Estes atributos administrativos, que perpassavam as particularidades de formação dos próprios exércitos, caracterizaram o governo paralelo mantido pelos líderes farroupilhas. Porém, as pessoas que não possuíam, à primeira vista, uma importância tão grande no cenário social, econômico ou político local ou regional, também poderiam criar estratégias para lidar e tirar vantagem da fronteira, “manejando” esta a seu favor. Desta forma, deve-se interpretar a sociedade e as ações dos indivíduos históricos não como atuações altamente deliberadas, onde as atitudes e decisões são desempenhadas de maneira consciente e livre. Devemos sim, empregar “um modelo de ação e conflito do comportamento do homem no mundo que reconhece sua – relativa – liberdade além, mas não fora, das limitações dos sistemas normativos prescritivos e opressivos”. A ação social, deste modo, “é vista como o resultado de uma constante negociação, manipulação, escolhas e decisões do indivíduo, diante de uma realidade normativa que, embora difusa, não obstante oferece muitas possibilidades de interpretações e liberdades pessoais” (LEVI, 1992, p.135).

Se para os líderes políticos e militares a região platina foi buscada no momento da guerra no intuito de criar ou reatualizar relações diplomáticas ou alianças esporádicas, para os que não possuíam estas prerrogativas, ela foi um local de possibilidades, não deixando de ter importância nos destinos da guerra, uma vez que era um local relativamente seguro para resistências à ela. Sistematizar o recrutamento militar em um período e local beligerantes era atividade extremamente complexa. Para além de ser a continuação da política por outros meios, para utilizarmos uma citação conhecidíssima, a guerra pode ser percebida, nestes

termos, como “uma expressão de cultura, com frequência um determinante de formas culturais e, em algumas sociedades, é a própria cultura” (KEEGAN, 2006, p.30).

Referências

1. Documentos Impressos:

Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. *Coleção Varela*, 18 vols. Porto Alegre: 1978-2009.

Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. *Coletânea de Documentos de Bento Gonçalves da Silva*. Porto Alegre: 1985.

FONTOURA, Antônio Vicente da. *Diário*. Porto Alegre: Sulina/Martins; Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1984.

PORTO, Aurélio. *Notas ao processo dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, vol. 29 em 1933, vol. 30 em 1934, vol. 31 em 1935 e vol. 32 em 1936.

2. Fontes bibliográficas:

ARCE, Ana Ines. “*Os Verendos Restos da Sublime Geração Farroupilha, que Andei a Recolher de Entre o Pó das Idades*”: uma história arquivística da Coleção Varela. Porto Alegre: UFRGS, 2011, (Monografia).

ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco. *História da República Rio-grandense*. Porto Alegre: ERUS, 1981.

BARRÁN, José Pedro. *Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco (1839-1875)*. Montevideu: Ediciones de la Banda Oriental, 2011.

BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BOITEUX, Henrique. *A República Catharinense: notas para sua história*. Rio de Janeiro: Xerox, 1985.

CARVALHO, Daniela Vallandro de. *Fronteiras da Liberdade: experiências negras de recrutamento, guerra e escravidão (Rio Grande de São Pedro, c. 1835-1850)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013, (Tese de Doutorado).

CARVALHO, Daniela Vallandro de; OLIVEIRA, Vinícius Pereira de. Os lanceiros Francisco Cabinda, preto Antonio, João alejado e outros personagens negros da Guerra dos Farrapos. In: CARNEIRO, Luiz C. C.; SANTOS, José Antônio dos; SILVA, Gilberto Ferreira da. (Orgs.). *RS Negros: cartografia sobre a produção do Conhecimento*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. Da história militar à “nova” história militar. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor & KRAAY, Hendrik (orgs.). *Nova História militar brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

- CASTRO, Jeanne Berrance de Castro. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.
- COSTA, Gustavo Marangoni. *Entre Contrabandos e Ambigüidades: outros aspectos da República Juliana – Laguna/SC – 1836-1845*. Florianópolis: UFSC, 2006 (Dissertação de Mestrado).
- DOCCA, Emílio Fernandes. *O sentido brasileiro da Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Globo, 1935.
- DOLHNIKOFF, Miriam. Elites regionais e a construção do Estado nacional. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo – Ijuí: Hucitec/FAPESP/UNIJUÍ, 2003.
- FALCON, Francisco J. C.; NEVES, Margarida de S. & RODRIGUES, Antônio E. M. *A Guarda Nacional no Rio de Janeiro (1831-1918)*. Rio de Janeiro: PUCRJ, 1981.
- FARIA, Maria Auxiliadora. *A Guarda Nacional em Minas (1831-1873)*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1977, (Dissertação de Mestrado).
- FARINATTI, Luís A. E. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007, (Tese de Doutorado).
- FERTIG, André. *Clientelismo político em tempos belicosos: A Guarda Nacional da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul na defesa do Império do Brasil (1850-1873)*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010.
- FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. *Crimes na Fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)*. Porto Alegre: PUC, 2012, (Tese de Doutorado).
- FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre sitiada: um capítulo da Revolução Farroupilha (1836 – 1840)*. Porto Alegre: Sulina, 2000.
- GIL, Tiago. *Infiéis Transgressores: elites e contrabandistas nas fronteiras do Rio Grande e do Rio Pardo (1760-1810)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.
- GOLIN, Tau. *A Fronteira: Governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina*. Porto Alegre: L&PM, 2002.
- GOLIN, Tau. Johann Heinrich Böhm e o mito da cavalaria rio-grandense. In: *Anais do VIII Congresso Internacional de Estudos Ibero-Americanos - História, Literatura e Mito: Viajantes europeus na América do Sul*. Porto Alegre: PUCRS, 2011, v. 8.
- GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- GRAHAM, Richard. Construindo a nação no Brasil do século XIX: visões novas cultura e Estado. *Diálogos*, Maringá, v. 5, 2001.
- GUAZELLI, César Augusto Barcellos. *O horizonte da província: A República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835 – 1845)*. Porto Alegre: Linus, 2013.

IZECKSOHN, Vitor. Ordenanças, tropas de linha e auxiliares: mapeando os espaços militares luso-brasileiros. In: FRAGOSO, João L. R.; GOUVÊA, Maria de F. *O Brasil Colonial*. Vol. 3. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

KEEGAN, John. *Uma História da Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LEITMAN, Spencer Lewis. *Raízes socioeconômicas da Guerra dos Farrapos: um capítulo na história do Brasil no século XIX*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

MACEDO, Francisco Riopardense. *Imprensa Farroupilha*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.

MENDES, Fábio Faria. *Recrutamento militar e construção do Estado no Brasil imperial*. Belo Horizonte: Argvmentvum, 2010.

MIRANDA, Márcia Echert. *Rio Grande do Sul: tributação e economia (1699-1945)*. Porto Alegre: UFRGS, 1998, (Dissertação de Mestrado).

MUGGE, Miquéias H. *Prontos a contribuir: guardas nacionais, hierarquias sociais e cidadania (Rio Grande do Sul – século XIX)*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2012.

PESAVENTO, Sandra J. Uma certa Revolução Farroupilha. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil imperial*. Volume II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

PRADO, Fabrício Pereira, SOUZA, Susana Bleil de. Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e política no século XIX. In: GRIJÓ, L. A., KUHN, F. (org.). *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

RECKZIEGEL, Ana L. História regional: dimensões teórico-conceituais. In: *História: debates e tendências*. Revista do Programa de Pós-graduação em História da UPF. Passo Fundo: UPF, 1999.

RIBEIRO, José Iran. *O Império e as revoltas: Estado e nação nas trajetórias dos militares do Exército imperial no contexto da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.

_____. *Quando o serviço os chamava: Milicianos e Guardas Nacionais no Rio Grande do Sul (1825 – 1845)*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2005.

THOMPSON, E. P. *Senhores e caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VARELA, Alfredo Augusto. *História da Grande Revolução*. 6 vols. Porto Alegre: Globo, 1933.